

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Julho/2016

**Copergás** COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O exercício da disciplina constitui ajuda para a vida cotidiana.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer tipo de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

A velhinha contrabandista

Todos os dias uma velhinha atravessava a ponte entre dois países, de bicicleta e carregando uma bolsa. E todos os dias era revistada pelos guardas da fronteira, à procura de contrabando. Os guardas tinham certeza que a velhinha era contrabandista, mas revistavam a velhinha, revistavam a sua bolsa e nunca encontravam nada. Todos os dias a mesma coisa: nada. Até que um dia um dos guardas decidiu seguir a velhinha, para flagrá-la vendendo a muamba, ficar sabendo o que ela contrabandeava e, principalmente, como. E seguiu a velhinha até o seu próspero comércio de bicicletas e bolsas.

Como todas as fábulas, esta traz uma lição, só nos cabendo descobrir qual. Significa que quem se concentra no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente, ou que muita atenção ao detalhe atrapalha a percepção do todo, ou que o hábito de só pensar o óbvio é a pior forma de distração.

(VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 41)

1. Os dois parágrafos que compõem o texto constituem-se, respectivamente, de uma
 - (A) tese exposta de modo categórico e sua demonstração factual.
 - (B) narrativa de sentido intrigante e sua elucidação aberta em hipóteses.
 - (C) narrativa de propósito moral e sua contestação no confronto com outro fato.
 - (D) fábula de sentido enigmático e a busca inútil de seu esclarecimento.
 - (E) fábula formulada como hipótese e a confirmação cabal de seu sentido.

2. Atente para as seguintes afirmações, referentes a segmentos do 2º parágrafo do texto:
 - I. em *quem se concentra no mal aparentemente disfarçado descuida do mal disfarçado de aparente*, a expressão sublinhada refere-se ao contrabando que a velhinha parecia ocultar na bolsa.
 - II. em *muita atenção ao detalhe atrapalha a percepção do todo*, a expressão sublinhada refere-se ao fato de que a bolsa em si mesma e a bicicleta, tão evidentes, não levantaram suspeitas.
 - III. em *o hábito de só pensar o óbvio é a pior forma de distração*, a expressão sublinhada refere-se ao fato de que se julgou que o contrabando só poderia estar dentro da bolsa da velhinha.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) I e III, somente.
 - (E) II, somente.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Embora revistada pelos guardas da fronteira, supondo que a velhinha contrabandeava, isso jamais foi localizado.
 - (B) Ao atravessar a fronteira, a velhinha era sintomaticamente revistada pelos guardas, embora esses nada lhe encontrassem.
 - (C) Tira-se várias lições a partir desta pequena narrativa, mesmo por que todas convergem na mesma direção de sentido.
 - (D) Ninguém imagina que um contrabando se faça à vista de todos, pois sempre se espera que um delito seja disfarçado.
 - (E) É comum, de fato, que uma evidência se dê tão despercebida que mau acreditamos naquilo que se vê.

4. A frase do texto *Como todas as fábulas, esta traz uma lição, só nos cabendo descobrir qual* mantém-se clara, correta e coerente nesta nova redação:
 - (A) A lição que, como todas as fábulas, esta também traz, é preciso que nos caiba sua descoberta.
 - (B) O que nos cabem, como ocorre em todas as fábulas que trazem uma lição, é descobrir a mesma.
 - (C) Cabe-nos descobrir, uma vez que há uma lição em todas as fábulas, qual é a que esta contém.
 - (D) Todas as fábulas devem de trazer uma lição, razão pela qual nos cabe revelar a esta.
 - (E) Esta fábula, como as demais também apresentam, tem uma lição que nos enseja descobri-la.



5. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, numa forma do PLURAL para integrar de modo adequado a seguinte frase:
- (A) Aos guardas da fronteira não (**despertar**) suspeitas o que era mais evidente nos pertences da velhinha.
 - (B) Muitas vezes nos (**escapar**) a unidade dos detalhes expostos, ao atentarmos para a singularidade de cada um.
 - (C) Às fabulas tradicionais (**cabrer**) desenvolver narrativas cujo sentido moral reste plenamente exemplificado.
 - (D) Tantas vezes nos (**desorientar**) a evidência dos detalhes que perdemos o sentido do conjunto.
 - (E) A revista que (**fazer**) da bolsa da velhinha não esclarecia os guardas quanto à natureza do contrabando.
-
6. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Um dos guardas seguia a velhinha para que a flagrasse como contrabandista**, as formas verbais resultantes deverão ser
- (A) era seguida – fosse flagrada
 - (B) tinha seguido – vir a flagrá-la
 - (C) tinha sido seguida – se flagrasse
 - (D) estava seguindo – se tivesse flagrado
 - (E) teria seguido – tivesse sido flagrada
-

Atenção: As questões de números 7 a 14 referem-se ao texto seguinte.

A música relativa

Parece existir uma série enorme de mal-entendidos em torno do lugar-comum que afirma ser a música uma linguagem universal, passível de ser compreendida por todos. “Fenômeno universal” – está claro que sim; mas “linguagem universal” – até que ponto?

Ao que tudo indica, todos os povos do planeta desenvolvem manifestações sonoras. Falo tanto dos povos que ainda se encontram em estágio dito “primitivo” – entre os quais ela continua a fazer parte da magia – como das civilizações tecnicamente desenvolvidas, nas quais a música chega até mesmo a possuir valor de mercadoria, a propiciar lucro, a se propagar em escala industrial, transformando-se em um novo fetiche.

Contudo, se essa tendência a expressar-se através de sons dá mostras de ser algo inerente ao ser humano, ela se concretiza de maneira tão diferente em cada comunidade, dá-se de forma tão particular em cada cultura que é muito difícil acreditar que cada uma de suas manifestações possua um sentido universal. Talvez seja melhor dizer que a linguagem musical só existe concretizada por meio de “línguas” particulares ou de “falas” determinadas; e que essas manifestações podem até, em parte, ser compreendidas, mas nunca vivenciadas em alguns de seus elementos de base por aqueles que não pertençam à cultura que as gerou.

(Adaptado de: MORAES, J. Jota de. **O que é música**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.12-14)

7. Quanto ao alcance da música entre os diferentes povos, o autor do texto,
- (A) referendando o que diz o senso comum, afirma ser um fenômeno de linguagem estritamente nacional.
 - (B) divergindo do senso comum, pretende que ela seja universal apenas quando entendida como linguagem.
 - (C) relativizando o que afirma o senso comum, propõe que ela se traduza sobretudo em vivências particulares.
 - (D) apoiando-se no que dizem os críticos de arte, argumenta em favor da universalidade das peças musicais.
 - (E) indo de encontro ao que propõe o público em geral, considera que só a música de qualidade seja universal.
-
8. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No 1º parágrafo, ao distinguir “fenômeno universal” de “linguagem universal”, o autor do texto distingue entre a ocorrência de uma prática planetária e os diferentes sentidos que essa prática ganha em diferentes comunidades.
 - II. No 2º parágrafo, afirma-se que a prática da música está intimamente associada à magia, independentemente do estágio de desenvolvimento das diferentes comunidades humanas.
 - III. No 3º parágrafo, elimina-se a relação de causa e efeito que frequentemente se estabelece entre o nível cultural de um povo e a qualidade da música que ele produz.
- Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I.
 - (E) II.
-



9. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *uma série enorme de mal-entendidos* (1º parágrafo) = uma sequência significativa de paradoxos.
 - (B) *passível de ser compreendida* (1º parágrafo) = submetida a várias interpretações.
 - (C) *a se propagar em escala industrial* (2º parágrafo) = a servir como propaganda de produtos.
 - (D) *dá-se de forma tão particular* (3º parágrafo) = discrimina de modo tão imparcial.
 - (E) *não pertençam à cultura que as gerou* (3º parágrafo) = não se incluam no contexto cultural que as produziu.
-
10. O segmento sublinhado pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses, sem prejuízo para a correção, o sentido e a clareza da frase, em:
- (A) *Ao que tudo indica*, todos os povos do planeta desenvolvem manifestações sonoras. (**Há que se constar**)
 - (B) *Falo (...)* dos povos que ainda se encontram em estágio *dito primitivo* (**dado como**)
 - (C) (...) a música chega *até mesmo* a possuir valor de mercadoria (**ainda assim**)
 - (D) *dá mostras de ser algo inerente ao ser humano* (**dissimula**)
 - (E) *essas manifestações podem até, em parte, ser compreendidas* (**quase, parceladamente**)
-
11. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Não seria de se esperar que todas as músicas alcançaram igual repercussão onde quer que se produzissem.
 - (B) Se todos os povos frequentassem a mesma linguagem musical, a universalidade de sentido terá sido indiscutível.
 - (C) A cada vez que se propaga em escala industrial, a música poderia se transformar num fetiche do mercado.
 - (D) Dado que as culturas são muito diferentes, é de se esperar que as linguagens da música também o sejam.
 - (E) As diferentes manifestações musicais trariam consigo linguagens que se marcarão como particulares.
-
12. Quanto à **regência** e à **concordância**, considere:
- I. Os mal-entendidos que nem se imaginavam existir no que concerne da universalidade da música devem-se à confusão criada entre o fenômeno e a linguagem da música.
 - II. Constam que todos os povos cultivam formas musicais, salientando-se as que apresentam um ritmo mais batido, que nos impelem de dançar.
 - III. Assiste-se, nos dias de hoje, ao fenômeno da expansão abusiva de músicas comerciais, pela qual são responsáveis os ambiciosos produtores de discos e diretores de rádios.
- É inteiramente adequado o emprego de todas as formas verbais SOMENTE em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
13. Está correta a seguinte afirmação sobre a pontuação empregada no texto:
- (A) Os travessões presentes no 1º e no 2º parágrafos precisam ser todos substituídos por sinais de dois-pontos.
 - (B) O sinal de interrogação em *até que ponto?* (1º parágrafo) está servindo a uma pergunta retórica, cuja precisa resposta já é sabida.
 - (C) A vírgula na expressão *Ao que tudo indica*, (2º parágrafo) é excessiva e prejudica o sentido da frase.
 - (D) O ponto e vírgula em *"falsas" determinadas;* (3º parágrafo) pode dar lugar ao emprego alternativo de uma vírgula.
 - (E) A expressão *,em parte,* (3º parágrafo) não pode ser empregada entre vírgulas, neste contexto.
-
14. Atente para a seguinte frase:
- Essas manifestações podem ser compreendidas, mas nunca vivenciadas de modo amplo.***
- Numa nova redação dessa frase que comece com ***Essas manifestações não são nunca vivenciadas de modo amplo***, o segmento complementar deverá ser, para que se mantenha o sentido original,
- (A) a menos que possam ser compreendidas.
 - (B) na hipótese de que não sejam compreendidas.
 - (C) a fim de que venham a ser compreendidas.
 - (D) mesmo porque não podem ser compreendidas.
 - (E) não obstante possam ser compreendidas.



Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Idades e verdades

O médico e jornalista Drauzio Varella escreveu outro dia no jornal uma crônica muito instigante. Destaco este trecho:

“Nada mais ofensivo para o velho do que dizer que ele tem ‘cabeça de jovem’. É considerá-lo mais inadequado do que o rapaz de 20 anos que se comporta como criança de dez. Ainda que maldigamos o envelhecimento, é ele que nos traz a aceitação das ambiguidades, das diferenças, do contraditório e abre espaço para uma diversidade de experiências com as quais nem sonhávamos anteriormente.”

Tomo a liberdade de adicionar meu comentário de velho: não preciso que os jovens acreditem em mim, tampouco estou aberto para receber lições dos mocinhos. Nossa alternativa: ao nos defrontarmos com uma questão de comum interesse, discutirmos honestamente que sentido ela tem para nós. O que nos unirá não serão nossas diferenças, mas o que nos desafia.

(LAMEIRA, Viriato, inédito)

15. O trecho de Drauzio Varella, citado no texto, considera que as *ambiguidades*, as *diferenças* e as *contradições*,
- (A) aceitas pelos velhos, associam-se a experiências que nem imaginariamos desfrutar em outras idades.
 - (B) abominadas pelos jovens, mostram que eles não se prepararam para enfrentar tais adversidades.
 - (C) valorizadas apenas tardiamente, provam que os mais moços teriam muitas razões para temê-las.
 - (D) desconsideradas a princípio até pelos mais velhos, dotam-nos de uma sabedoria que os faz rejuvenescer.
 - (E) recolhidas ao final da vida, parecem hostis apenas para aquele que não sabe como enfrentá-las.
-
16. Ao comentar a afirmação de Drauzio Varella, citado no texto, o autor Viriato Lameira propõe que
- (A) os jovens, mostrando-se desprovidos de preconceitos, disponham-se a apoiar os argumentos dos mais velhos.
 - (B) os velhos, salvaguardadas as experiências acumuladas, saibam aproveitar ao máximo as vividas pelos jovens.
 - (C) velhos e jovens aliem-se a cada vez que os instigar o que haja de desafiador numa questão que lhes seja comum.
 - (D) jovens e velhos disputem com honestidade o poder que lhes caiba por ocasião de uma forte divergência.
 - (E) todas as pessoas, consideradas as suas idades, disputem entre si as vantagens de suas descobertas.
-
17. Deve-se entender que as afirmações de Drauzio Varella e as do autor do texto mantêm entre si
- (A) uma clara relação de causa e efeito, na ordem em que são expostas.
 - (B) uma relação de independência, uma vez que não os move uma questão comum.
 - (C) uma interligação compulsória, pois não se entende uma sem a presença da outra.
 - (D) um caráter de alguma complementaridade, dado que a segunda é motivada pela primeira.
 - (E) uma relação de subordinação, pois a segunda é uma simples dedução da primeira.
-
18. O texto citado de Drauzio Varella parte de uma premissa que ele considera
- (A) verdadeira: os velhos, apesar da experiência acumulada, têm nostalgia dos anos dourados da juventude.
 - (B) enganosa: a de que os velhos gostariam de ser aceitos como se mantivessem a pujança da juventude.
 - (C) aceitável: há algo de pueril na velhice, mas que não obsta aos velhos demonstrar tudo o que aprenderam.
 - (D) legítima: desde cedo somos obrigados a enfrentar as ambiguidades e os paradoxos do nosso pensamento.
 - (E) preconceituosa: a de que os velhos tendam a amaldiçoar sua idade, quando o que sucede é exatamente o contrário.
-
19. É preciso corrigir, por apresentar em sua construção uma deficiência estrutural, a **redação** da seguinte frase:
- (A) A muita gente ocorre que os velhos estimem ser tratados como jovens, em vez de serem valorizados pelos ganhos obtidos em sua longa experiência de vida.
 - (B) Imagina-se que a ingenuidade de uma criança ou o caráter aventureiro de um jovem possam ser atributos positivos invejados pelos velhos, quando não o são.
 - (C) Os jovens, presumivelmente, não deverão considerar-se criaturas privilegiadas se alguém os julga tão ativos e inventivos quanto costumam ser as crianças de dez anos.
 - (D) Ao comentar a afirmação de Drauzio Varella, o autor do texto não se mostra disposto nem a aprender algo com os jovens, nem a esperar que estes acreditem nele.
 - (E) Conquanto os velhos pareçam injustiçados, razão pela qual as pessoas tendem a consolá-los atribuindo-lhes juventude, há por isso mesmo como valorizar sua experiência.
-
20. Está plenamente adequado o emprego de ambas as formas sublinhadas na frase:
- (A) A decadência atribuída a um velho, fato de que poucos duvidam, tem como contrapartida suas experiências.
 - (B) O adendo que o autor submete ao pensamento de Drauzio Varella acaba por reforçar-lhe.
 - (C) As experiências dos jovens, de cujas o autor diz não carecer, a um velho pode parecer algo inútil.
 - (D) Não lhes competem julgar os velhos pelas supostas deficiências que se costumam atribuí-los.
 - (E) Parecerão absurdos, aos jovens dos nossos dias, os velhos lhes julgarem enquanto aventureiros e precipitados.

**Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático**

21. Se João chegar bravo em casa, então Claudete foge para o quarto e Beto não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:
- (A) João não chega bravo em casa e, Claudete não foge para o quarto ou Beto entra em casa.
 - (B) Se João não chega bravo em casa, então Claudete não foge para o quarto e Beto entra em casa.
 - (C) João chega bravo em casa e, Claudete não foge para o quarto ou Beto entra em casa.
 - (D) Se Claudete não foge para o quarto ou Beto entra em casa, então João não chegou em casa bravo.
 - (E) Se Claudete foge para o quarto e Beto não entra em casa, então João chegou bravo em casa.
-
22. Quatro amigos participaram de uma corrida de pedestres e conseguiram completar o percurso, cada um com um tempo de prova diferente. Dentre eles, o que chegou em 2º lugar gastou 10% menos tempo do que aquele que chegou em 3º lugar. Já o que chegou em 1º lugar, gastou 10% menos tempo do que aquele que chegou em 2º lugar. O 4º colocado entre eles, chegou com um tempo 13% a mais do que aquele que chegou em 3º lugar. Sabendo que o amigo que chegou em 3º lugar percorreu a distância da prova em 40 minutos, é possível afirmar que o tempo que o amigo que chegou em 1º lugar esperou, até a chegada do amigo que tirou 4º lugar, é igual a
- (A) 13 minutos e 12 segundos.
 - (B) 12 minutos e 48 segundos.
 - (C) 11 minutos e 24 segundos.
 - (D) 12 minutos e 20 segundos.
 - (E) 13 minutos e 36 segundos.
-
23. Participaram de um congresso 45 engenheiros da cidade A, 72 engenheiros da cidade B e 81 engenheiros da cidade C. O comitê organizador havia programado como atividade final do congresso um debate em grupos. Todos os grupos deveriam ter o mesmo número de participantes e esse número de participantes por grupo deveria ser o maior possível. Cada grupo deverá ter o mesmo número de engenheiros da cidade A, o mesmo número de engenheiros da cidade B e o mesmo número de engenheiros da cidade C. Nessa situação, em qualquer um desses grupos, o número de engenheiros da cidade A somado com o número de engenheiros da cidade B, supera o número de engenheiros da cidade C em
- (A) 3.
 - (B) 5.
 - (C) 4.
 - (D) 2.
 - (E) 6.
-
24. Uma equipe de 12 funcionários prepara uma remessa de 600 caixas de determinado produto em 450 horas de trabalho. Uma outra remessa, de 1.800 caixas do mesmo produto anterior, deverá ser preparada em 600 horas. O número de funcionários, com o mesmo desempenho de cada um dos funcionários anteriores, necessários para executar essa segunda tarefa é igual a
- (A) 21.
 - (B) 35.
 - (C) 24.
 - (D) 18.
 - (E) 27.
-
25. Se Maria é economista, então Jorge é contador. Se Luiza é administradora, então Jorge não é contador. Se Luiza não é administradora, então Norberto é engenheiro. Sabe-se que Norberto não é engenheiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que
- (A) Luiza é administradora ou Maria é economista.
 - (B) Maria é economista ou Jorge é contador.
 - (C) Jorge é contador e Norberto não é engenheiro.
 - (D) Maria não é economista e Luiza não é administradora.
 - (E) Jorge não é contador e Luiza não é administradora.

**Noções de Informática**

26. Recentemente foi publicado um processo licitatório: "A Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, através do seu PREGOEIRO, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, Sob a Forma de Empreitada por Preço Unitário, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SITE E **INTRANET** COPERGÁS, conforme Termo de Referência Anexo Q4." (Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/106917582/doesp-09-01-2016-pg-12>)
- No texto acima está destacada a palavra intranet, sobre a qual é correto afirmar:
- (A) Um usuário interage com um sistema através de um navegador *web*. A rede interna de uma organização, denominada intranet, é implementada utilizando-se recursos deste navegador.
- (B) Não há integração entre a internet e a intranet para impedir que um usuário, ao acessar a intranet fora da empresa, coloque as informações desta empresa em risco.
- (C) Uma intranet de uma grande empresa requer conectividade com *backbones*, que são cabos que ligam os computadores da empresa à internet através de sistema *wi-fi*.
- (D) Uma intranet é uma rede organizacional na qual as aplicações e interfaces com o usuário baseiam-se principalmente em serviços *web* e seu uso é restrito a usuários autorizados da empresa.
- (E) Uma empresa como a COPERGÁS pode usar sua intranet, sem conexão com a internet, para realizar operações comerciais com fornecedores externos através do acesso por navegador *web*, de forma totalmente segura.
-
27. Um usuário do Microsoft Outlook 2013 em português vai sair de férias e deseja configurar uma mensagem de resposta automática aos *e-mails* que chegarem nesse período. Considerando os recursos disponíveis no Outlook, este usuário
- (A) não conseguirá realizar esta tarefa, pois o Microsoft Outlook 2013 não permite configurar respostas automáticas em caso de ausências temporárias, férias ou impossibilidade de responder *e-mails*.
- (B) terá que clicar nas opções Arquivo e Respostas Automáticas. Na janela que se abre, deverá marcar as opções Enviar respostas automáticas e Só enviar durante este intervalo de tempo, definir o intervalo de tempo, escrever a mensagem e clicar no botão OK.
- (C) não precisará realizar essa tarefa, pois o Microsoft Outlook 2013 já encaminhará mensagens de aviso sobre ausências temporárias quando o usuário deixar de verificar sua caixa de entrada por mais de 48 horas.
- (D) deverá clicar na guia Página Inicial e na opção Mensagens Instantâneas da divisão Responder. Em seguida, deverá digitar a mensagem desejada, definir o intervalo de datas em que ela será usada como resposta automática e clicar no botão OK.
- (E) terá que clicar em Arquivo, Opções, Email, Respostas e Encaminhamentos e Respostas automáticas. Na janela que se abre, terá que definir o intervalo de datas, digitar a mensagem e clicar no botão OK.
-
28. O Google Chrome, por ser fácil de usar, é um dos navegadores mais utilizados atualmente, disponibilizando recursos para facilitar a navegação e o trabalho do usuário, como, por exemplo,
- (A) a gravação padrão dos arquivos baixados da internet na pasta Arquivos Baixados, que fica na Área de Trabalho do Windows.
- (B) o acesso direto às pastas do computador por meio da digitação de `File:Search` na barra de endereço do navegador.
- (C) a possibilidade de reabrir uma guia que foi fechada acidentalmente, bastando, para isso, clicar na opção Configurações e Reabrir guia.
- (D) a possibilidade de configurar o navegador para perguntar onde cada arquivo baixado da internet deverá ser salvo no computador.
- (E) a possibilidade de alternar rapidamente entre guias abertas pressionando-se as teclas PageUp ou PageDown.
-
29. Uma empresa como a COPERGÁS procura implantar regras e mecanismos de proteção e segurança de suas informações. Uma regra ou mecanismo correto é
- (A) utilizar equipamento do tipo *log* para detectar o uso indevido de computadores, como um usuário tentando alterar arquivos do sistema de forma indevida.
- (B) utilizar, sempre que possível, conexão segura com EV SSL, na qual a barra de endereço e/ou o recorte são apresentados na cor verde e há o nome da instituição proprietária do *site*.
- (C) certificar-se da procedência do *site* e da utilização de conexões seguras, como o protocolo HTTP, ao realizar compras e pagamentos via *web*.
- (D) evitar cifrar ou colocar senhas em dispositivos removíveis, como disco externo e *pen-drive*, para que dados de *backup* possam ser mais facilmente recuperados.
- (E) desabilitar o *log* dos arquivos obtidos pela internet para conseguir detectar arquivos corrompidos ou indevidamente alterados durante a transmissão.
-
30. Microsoft Office 2010 é um pacote de *software* para uso em escritórios, que permite criar documentos de texto, planilhas de cálculo, apresentações de *slides*, bancos de dados etc. Com relação às ações que podem ser realizadas nestes *softwares*, é correto afirmar:
- (A) É possível imprimir apenas partes do documento, por exemplo, uma página no Word, ou uma área selecionada de uma planilha no Excel.
- (B) Não é permitido numerar as páginas de cada seção de um documento do Word separadamente, pois uma vez definida a numeração de páginas na primeira seção, ela continuará automaticamente nas seções seguintes.
- (C) Não é permitido inserir gráficos criados a partir de planilhas em um documento do Word, pois existe o Excel para esta finalidade.
- (D) É possível abrir e editar arquivos PDF, mesmo que estejam protegidos, pois este é um formato padrão de arquivo utilizado e reconhecido em todos os tipos de computadores.
- (E) É possível salvar documentos do Word nos formatos DOC e DOCX, mas não no formato PDF. Apenas a versão 2013 do Word permite gravação de documentos no formato PDF.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Gás Natural**

31. Dentre os hidrocarbonetos que compõem o gás natural, destacam-se nos campos (bacias) de exploração no Brasil
- (A) o etano em sua maior fração, seguido de metano e propano.
 - (B) o propano em sua menor fração, seguido de metano e etano.
 - (C) o metano em sua maior fração, seguido de etano e propano.
 - (D) o metano em sua maior fração, seguido de propano e etano.
 - (E) o propano em sua maior fração, seguido de etano e metano.
-
32. Em comparação ao Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, o gás natural tem uma maior capacidade de se dissipar na atmosfera. Isso se deve, basicamente
- (A) à menor densidade que o ar.
 - (B) à maior densidade que o ar.
 - (C) ao maior poder calorífico que o GLP.
 - (D) ao menor poder calorífico que o GLP.
 - (E) ao maior ponto de orvalho que o GLP.
-
33. A companhia distribuidora adiciona um produto ao gás denominado odorante. A função do odorante é
- (A) possibilitar a medição do gás natural entregue ao cliente.
 - (B) aumentar o poder calorífico do gás natural.
 - (C) possibilitar a filtragem do gás natural pela rede.
 - (D) permitir a detecção de um vazamento de forma fácil.
 - (E) diminuir a perda de carga durante o transporte.
-
34. O gás natural pode ser usado para a geração de duas ou mais formas de energia, a partir de uma mesma fonte de energia primária, por exemplo, o calor produzido na geração elétrica é usado no processo produtivo sob a forma de vapor. A este uso do gás natural dá-se o nome de
- (A) cocção.
 - (B) geração de energia.
 - (C) ciclo combinado.
 - (D) dupla geração.
 - (E) cogeração.

Noções de Direito Administrativo

35. Considere:
- I. Determinado Estado da Federação fiscaliza a atividade de autarquia estadual, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais.
 - II. A Administração pública pode, através dos meios legais cabíveis, impedir quaisquer atos que ponham em risco a conservação de seus bens.
 - III. Os atos da Administração pública revestem-se de presunção relativa, sendo o efeito de tal presunção a inversão do ônus da prova.
- No que concerne aos princípios do Direito Administrativo,
- (A) todos os itens relacionam-se corretamente a princípios do Direito Administrativo, quais sejam, princípios da tutela, autotutela e presunção de legitimidade, respectivamente.
 - (B) nenhum deles está relacionado a princípios do Direito Administrativo.
 - (C) apenas os itens I e II relacionam-se corretamente a princípios do Direito Administrativo, quais sejam, princípios da tutela e da autotutela, respectivamente, estando o item III incorreto.
 - (D) apenas o item II relaciona-se corretamente a princípio do Direito Administrativo, qual seja, o princípio da tutela, estando os itens I e III incorretos.
 - (E) apenas os itens I e II relacionam-se corretamente a princípios do Direito Administrativo, quais sejam, princípios da especialidade e da tutela, respectivamente, estando o item III incorreto.



36. Cláudio, servidor público estadual, praticou ato administrativo viciado. Determinado administrado, ao notar o ocorrido, comunicou ao servidor o vício, no entanto, houve a convalidação do ato administrativo. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a Administração pública não tem a opção de retirar ou não o ato viciado do mundo jurídico; o que ela pode é extirpar o ato viciado através do instituto da revogação.
 - (B) todo ato administrativo viciado deve ser anulado pela Administração pública, não importando o vício nele contido.
 - (C) nem sempre é possível a convalidação do ato administrativo; depende do tipo de vício que atinge o ato.
 - (D) a Administração pública pode, por razões de conveniência e oportunidade, manter hígido ato administrativo viciado, não importando o vício nele contido.
 - (E) se o vício existente no ato encontra-se no motivo do ato administrativo, agiu corretamente a Administração pública.
-
37. O Governo do Estado de Pernambuco, ao realizar licitação na modalidade pregão, publicou aviso no diário oficial do respectivo Estado, convocando os interessados a participarem do certame. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, foi de dez dias úteis. A propósito do tema e nos termos do que preceitua a Lei nº 10.520/2002, o prazo para a apresentação das propostas está
- (A) correto, porque a Lei prevê o prazo fixo de dez dias úteis para a apresentação das propostas.
 - (B) correto, vez que tal prazo não deve ser inferior a oito dias úteis.
 - (C) incorreto, pois deve ser inferior a dez dias úteis.
 - (D) incorreto, porque não deve ser contado a partir da publicação do aviso, mas sim do início da fase interna da licitação.
 - (E) incorreto, pois deve ser sempre superior a quinze dias úteis.

Ética e Responsabilidade na Gestão Pública

38. Entre as diversas dimensões envolvidas na aplicação do conceito de *Accountability* na Administração pública, estão presentes:
- (A) Informação, justificação dos atos praticados e responsabilização por desvios.
 - (B) Meritocracia, ética no desempenho das funções e economicidade.
 - (C) Equidade, responsabilidade social e legitimidade.
 - (D) Legalidade, legitimidade e moralidade.
 - (E) Responsabilidade fiscal, eficiência e redução de custos.
-
39. Cássio, servidor público federal, negou-se a dar andamento a pedido de licenciamento de empreendimento apresentado por uma empresa integrante da Administração indireta estadual, alegando que não dominava o sistema de informática que introduziu o processamento eletrônico de pleitos dessa natureza. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, aprovado pelo Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações, a conduta de Cássio
- (A) constitui uma das vedações impostas ao servidor, sendo passível de pena de censura, aplicável pela Comissão de Ética.
 - (B) está compreendida no dever de informar o usuário, não ensejando qualquer punição, salvo se o servidor faltar com o dever de urbanidade.
 - (C) não viola nenhum dos deveres funcionais e tampouco constitui vedação, mas, se caracterizada desídia, sujeita o servidor à pena de advertência.
 - (D) constitui conduta imprópria, que atenta contra os princípios deontológicos e causa dano moral ao administrado, sendo passível de pena de suspensão.
 - (E) atenta contra um dos deveres fundamentais do servidor, o da eficiência, ensejando pena de repreensão e, na hipótese de reincidência, suspensão ou multa.
-
40. Considere que o setor encarregado das licitações e contratações de uma sociedade de economia mista tenha notado, analisando os resultados dos últimos procedimentos, que sempre as mesmas empresas sagravam-se vencedoras e que a melhor proposta, invariavelmente, apresentava descontos irrisórios em relação aos orçamentos realizados pela estatal para o estabelecimento dos preços de referência. Diante de tal situação, decidiu oficial o órgão de controle interno do Estado e o Ministério Público, objetivando a apuração de potenciais atos lesivos à Administração pública. No curso das investigações, duas empresas que costumavam participar das licitações manifestaram interesse em cooperar com as investigações, propondo a celebração de acordos de leniência. Considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, a celebração do acordo de leniência
- (A) é facultado somente à primeira das empresas que tenha manifestado interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito e desde que resulte na identificação dos demais envolvidos, quando couber.
 - (B) tem como um dos requisitos, o compromisso da empresa implementar ou melhorar os mecanismos internos de integridade, auditoria, incentivo às denúncias de irregularidade e à aplicação efetiva de código de ética e de conduta.
 - (C) não isenta a empresa que o firmou das sanções restritivas ao direito de licitar, estabelecidas na Lei nº 8.666/1993.
 - (D) quando rejeitado, pela ausência dos requisitos legais, os documentos apresentados ficarão retidos pela autoridade administrativa e as declarações prestadas poderão ensejar reconhecimento de culpa em relação ao ilícito investigado.
 - (E) não podem ter seus efeitos estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico da signatária.

**Matemática Financeira**

41. Em uma determinada data, uma pessoa aplica todo seu dinheiro em duas instituições financeiras X e Y. Em X, aplica um capital, durante 8 meses, sob o regime de capitalização simples a uma taxa de 9,6% ao ano e resgata todo o montante correspondente no final do período. Em Y, aplica o restante de seu dinheiro, durante 2 trimestres, sob o regime de capitalização composta a uma taxa de 4% ao trimestre. Sabe-se que o capital aplicado em Y supera em R\$ 10.000,00 o que foi aplicado em X. Se o valor dos juros da aplicação em Y, no final do período de aplicação, foi igual a R\$ 2.774,40, então o montante resgatado pela aplicação em X foi, em reais, de
- (A) 26.068,00.
 (B) 25.536,00.
 (C) 27.132,00.
 (D) 25.004,00.
 (E) 26.600,00.
-
42. Uma empresa consegue, por meio do desconto de 2 títulos em um banco, receber o valor total de R\$ 40.180,00. A taxa de desconto do banco é de 18% ao ano para qualquer operação de desconto e ambos os títulos foram descontados 4 meses antes de seus vencimentos. Sabe-se que para o primeiro título utilizou-se a operação de desconto racional simples e, para o segundo, a operação de desconto comercial simples. Se o valor nominal do segundo título é igual a R\$ 22.000,00, então o valor nominal do primeiro título é, em reais, igual a
- (A) 21.200,00.
 (B) 22.790,00.
 (C) 19.080,00.
 (D) 22.260,00.
 (E) 20.670,00.
-
43. Em um plano de pagamento com base no Sistema de Amortização Constante – SAC observa-se que ele corresponde a um empréstimo de um determinado valor a uma taxa de 2% ao mês, a ser liquidado por meio de 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira prestação 1 mês após a data da concessão do empréstimo. Se o valor da penúltima prestação é igual a R\$ 2.600,00, então o valor da 25ª prestação é, em reais, igual a
- (A) 4.300,00.
 (B) 3.800,00.
 (C) 4.350,00.
 (D) 3.850,00.
 (E) 3.950,00.

Contabilidade Geral

Atenção: Considere os dados do Balanço Patrimonial abaixo para responder às questões de números 44 e 45.

Ativo	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	2015	2014
Circulante	109.002,50	36.334,00	Circulante	43.601,00	25.200,00
Disponibilidades	40.002,50	12.000,00	Fornecedores	16.101,00	4.000,00
Aplicações Financeiras	17.000,00	3.500,00	Salários a Pagar	3.000,00	5.000,00
Contas a Receber	26.000,00	11.000,00	Duplicatas Descontadas	11.600,00	6.000,00
Estoques	18.000,00	6.000,00	Tributos a Pagar	12.000,00	9.000,00
Despesas Antecipadas	8.000,00	3.834,00	Financiamentos	900,00	1.200,00
Não Circulante	36.000,00	41.100,00	Não Circulante	32.401,50	11.650,00
Realizável a Longo Prazo	5.000,00	22.000,00	Empréstimos	32.401,50	11.650,00
Investimento	4.000,00	1.500,00			
Imobilizado	18.000,00	13.000,00	Patrimônio Líquido	69.000,00	40.584,00
Intangível	9.000,00	4.600,00	Capital Social	50.000,00	25.000,00
			Reserva de Lucros	19.000,00	15.584,00
TOTAL DO ATIVO	145.002,50	77.434,00	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	145.002,50	77.434,00

44. Com base nos dados do Balanço Patrimonial apresentado, pode-se afirmar que o índice de
- (A) liquidez geral de 2014 é 1,9079.
 (B) liquidez corrente de 2015 é 2,5000.
 (C) imobilizações de 2014 é 0,4493.
 (D) liquidez corrente de 2014 é 0,2979.
 (E) liquidez geral de 2015 é 2,9000.



45. O endividamento total de 2015 foi de:
- (A) 0,449275.
 - (B) 0,297972.
 - (C) 0,524146.
 - (D) 0,325438.
 - (E) 0,297972.
-
46. Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a mensuração a valor justo pode ser feita
- (A) exclusivamente sobre ativos, de forma individual.
 - (B) apenas sobre passivos, de forma individual e em grupos.
 - (C) sobre ativos e passivos, de forma individual e em grupos.
 - (D) somente sobre passivos de forma individual.
 - (E) de modo restrito aos ativos de forma individual e em grupos.
-
47. A empresa Valia S.A. manteve em seus ativos, o grupo de ativo diferido, após 2007. É correto afirmar que as demonstrações financeiras após 2007 estão
- (A) de acordo com as normas brasileiras vigentes, podendo somente amortizar o saldo existente do ativo diferido, em 2007.
 - (B) de acordo com as normas brasileiras e pode ter movimentações complementares do saldo do Ativo Diferido, desde que os aumentos de saldos ocorram por gastos com despesas pré-operacionais.
 - (C) em desacordo com as normas societárias vigentes e deve ter seu saldo total do Ativo Diferido, reclassificado para o resultado não operacional.
 - (D) de acordo com as normas brasileiras, mas devem ter o saldo baixado em 8 anos, conforme prevê a Lei.
 - (E) em desacordo com as normas brasileira vigentes e devem ter o saldo total reclassificado para o Ativo Intangível.
-
48. A empresa GásBrasil S.A. está desenvolvendo novo processo de produção para extração em aterros sanitários. NÃO deve incorporar ao Custo deste ativo intangível:
- (A) gastos com materiais e serviços consumidos ou utilizados na geração do ativo intangível.
 - (B) custos de benefícios a empregados relacionados a geração do ativo intangível.
 - (C) taxa de registro de direito legal.
 - (D) amortização de patentes e licenças utilizadas na geração do ativo intangível.
 - (E) gastos com o treinamento de pessoal para operar o ativo.

Licitações

Atenção: Para responder às questões de números 49 e 50, considere a Lei nº 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração pública e dá outras providências.

49. Uma autarquia do Estado de Pernambuco pretende contratar a empresa "Marketing Futurista S.A." para prestar serviços de publicidade e divulgação. Cumpre salientar que referida empresa possui natureza singular e notória especialização. Nesse caso, é
- (A) obrigatória licitação na modalidade tomada de preços, independentemente do valor estimado da contratação.
 - (B) possível a contratação direta, por inexigibilidade de licitação.
 - (C) possível a contratação direta, por dispensa de licitação.
 - (D) obrigatória licitação na modalidade convite, independentemente do valor estimado da contratação.
 - (E) vedada a contratação direta, devendo ser realizado o respectivo procedimento licitatório, haja vista expressa previsão legal nesse sentido.
-
50. Considere as seguintes afirmações:
- I. Decorre do princípio denominado "adjudicação compulsória".
 - II. O julgamento das propostas há de ser feito sempre de acordo com os critérios fixados no edital.
 - III. Os tipos de licitação, tais como, melhor técnica, técnica e preço e menor preço, existem justamente para viabilizar a observância de tal princípio.
 - IV. Em regra, deve a Administração, em suas decisões, levar em consideração as condições pessoais do licitante e as vantagens por ele oferecidas.

No que concerne a um dos princípios que vigora nas licitações, denominado *princípio do julgamento objetivo* está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

**Auditoria**

51. Na auditoria realizada nas demonstrações contábeis da Companhia de Abastecimento de Alimentos Sólidos do Estado, referente ao exercício de 2015, o Auditor independente utilizou informações para fundamentar suas conclusões. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas à Auditoria – NBC TAs, tais informações são denominadas de
- (A) testes de observância.
 - (B) parecer de auditoria.
 - (C) achados de auditoria.
 - (D) evidências de auditoria.
 - (E) papéis de trabalho.

52. A firma de auditoria Consistência Auditores e Consultoria foi contratada por determinada empresa de economia mista do Estado para realização da auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2015. Uma auditoria em conformidade com as NBC TAs é conduzida com base na premissa de que a Administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança, reconhecem e entendem que têm responsabilidade por fornecer ao Auditor:

- I. Acesso irrestrito às pessoas da entidade, que a auditoria interna indicar para aplicar procedimentos de auditoria, em auxílio ao auditor externo na execução dos trabalhos e elaboração do relatório de auditoria.
- II. Informações adicionais que o Auditor possa solicitar à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança para a finalidade da auditoria.
- III. Acesso irrestrito às pessoas da entidade, que o auditor determine ser necessário obter evidências de auditoria.
- IV. Acesso à todas as informações, que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança tenham conhecimento e que sejam relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis tais como: registros e documentação, e outros assuntos.
- V. Acesso irrestrito ao sistema de segurança e alarme da entidade, quando o auditor suspeitar de fraudes na movimentação financeira, nos registros e elaboração dos demonstrativos contábeis.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

53. As demonstrações contábeis do exercício de 2015 da Companhia Distribuidora de Águas Potáveis do Nordeste serão auditadas pela firma TOC Auditores e Consultoria Contábil. Na realização dos trabalhos de auditoria, o Auditor deve montar a documentação em arquivo de auditoria e completar o processo administrativo de montagem do arquivo final de auditoria tempestivamente. Segundo as Normas de Auditoria – NBC PA 01 e TA 230, um limite de tempo apropriado para concluir a montagem do arquivo final de auditoria não pode ultrapassar

- (A) 30 dias após a data do relatório do auditor.
- (B) 40 dias após o término dos trabalhos de auditoria.
- (C) 60 dias após a data do relatório do auditor.
- (D) 40 dias após o término dos trabalhos de auditoria.
- (E) 60 dias após a revisão da documentação de auditoria.

54. A Companhia de Transportes Urbanos e Interurbanos do Estado visando à renovação da frota, no exercício de 2015, comprou 20 ônibus novos. Na auditoria das demonstrações contábeis da empresa, o Auditor ao examinar a transação de compra dos ônibus, segundo as Normas Brasileiras de Auditorias – NBC TAs, aplicou o procedimento de auditoria denominado

- (A) observação.
- (B) revisão.
- (C) materialidade.
- (D) avaliação.
- (E) inspeção.



55. Na auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2015 de determinada empresa estatal do Governo do Estado, o auditor constatou que na conta de “Duplicatas a Receber”, há uma diferença de R\$ 2.596.000,00 a maior no saldo contábil. A diferença refere-se a duas duplicatas pagas, mediante cheques, por determinado cliente no mês de dezembro e depositado no mês fevereiro do ano subsequente. Em seu julgamento o Auditor considerou que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, mas não generalizadas. Assim, segundo as NBC 705, deve o Auditor
- (A) emitir uma opinião adversa.
 - (B) abster-se de emitir uma opinião.
 - (C) emitir uma opinião pela regularidade, com recomendação.
 - (D) emitir uma opinião com ressalva.
 - (E) considerar o saldo da conta “Duplicatas a Receber” irregular no exercício de 2015.

56. A Empresa de Economia Mista de Promoções de Eventos e Turismo do Nordeste, criada no exercício de 2015, instituiu o departamento de auditoria interna em março de 2016. Segundo a NBC TI 01, a atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado e tem por finalidade
- (A) examinar e emitir parecer sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela entidade, após aprovação pelo Conselho Fiscal.
 - (B) agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.
 - (C) auxiliar a entidade alcançar seus objetivos, mediante aprimoramento dos controles internos, diminuição dos encargos sociais, realização de auditoria nas receitas e despesas operacionais, com vistas aumentar a lucratividade da entidade.
 - (D) maximizar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, mediante a emissão de opinião pelo Auditor interno sobre a conformidade entre as demonstrações contábeis e uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (E) assessorar a organização alcançar suas metas, apresentando subsídios para o aprimoramento dos processos produtivos e administrativos, por meio de recomendação expressa nos relatórios de auditorias internas.

57. A Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE, órgão de controle interno do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, tem como missão institucional promover a excelência e a transparência na aplicação dos recursos públicos, o controle social, a prevenção e o combate à corrupção, contribuindo para a efetividade da gestão pública. Segundo o Manual de Serviços da Secretaria da Controladoria Geral do Estado, entre outras, as principais atividades da Secretaria, são:
- I. Apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.
 - II. Autorizar a concessão de auxílios pelo Estado a entidades particulares de natureza assistencial sem fins lucrativos.
 - III. Conceder prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, quando verificada a ilegalidade.
 - IV. Acompanhar a racionalização dos gastos públicos.
 - V. Fiscalizar e avaliar os resultados da ação governamental e a gestão dos administradores públicos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e III.

**Contabilidade Tributária**

58. De acordo com o Código Tributário Nacional, o crédito tributário relativo a um determinado imposto
- (A) é constituído pela simples ocorrência do fato gerador, desde que esse fato gerador ocorra dentro do prazo decadencial.
 - (B) é extinto, provisoriamente, quando, pelo menos, metade do valor do acordo de parcelamento é satisfeito.
 - (C) tem sua exigibilidade suspensa com a consignação em pagamento.
 - (D) é extinto temporariamente pela moratória.
 - (E) é constituído por meio do lançamento, formalizado nos termos da legislação aplicável.
-
59. De acordo com a Constituição Federal, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS
- (A) não incide sobre operações que destinem lubrificantes a outros Estados, mas incide, nesse mesmo tipo de operações, quando se tratar de combustíveis gasosos, derivados de petróleo, e de álcool combustível.
 - (B) não incide sobre operações que destinem energia elétrica a outros contribuintes, nem sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
 - (C) incide sobre operações que destinem brincos e anéis de ouro a outros Estados, mas não incide sobre serviços prestados a destinatários no exterior.
 - (D) incide nas prestações de serviço de comunicação, nas modalidades de radiodifusão de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
 - (E) incide sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios, bem como sobre operações que destinem petróleo não refinado a outros Estados.
-
60. A empresa atacadista XYZ foi autuada pelas autoridades fiscais de um determinado Estado brasileiro por erro na aplicação da alíquota prevista em lei para a referida operação. O contribuinte, no exercício de 2013, aplicou a alíquota de 12%, quando deveria ter aplicado a alíquota de 18%, que era a correta.
- Em razão desse erro, as autoridades fiscais estaduais, em julho de 2014, lavraram auto de infração contra esse contribuinte, por meio do qual reclamaram tanto o valor do ICMS que deixou de ser recolhido em razão do erro cometido, como lhe aplicaram a penalidade prevista na lei vigente na data em que foi cometida a infração: 30% do valor do imposto que deixou de ser pago em razão daquele erro.
- Notificado da lavratura do referido auto de infração, o contribuinte ofereceu impugnação, em setembro de 2014, por meio da qual apresentou vários argumentos, inclusive o argumento de que, em 1^o de agosto de 2014, após a lavratura do auto de infração, foi editada lei ordinária que reduziu a alíquota do imposto para aquela operação, de 18% para 12%, e de que a penalidade pecuniária foi reduzida, na mesma data, de 30% do valor do imposto que deixou de ser pago, para 20% desse valor.
- Com base no relato acima e na disciplina que o Código Tributário Nacional estabelece a esse respeito, o contribuinte
- I. deve ser condenado a pagar penalidade pecuniária calculada com base no percentual de 20%, porque, tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se a ato pretérito, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da prática infracional.
 - II. deve ser condenado a pagar penalidade pecuniária calculada com base no percentual de 20%, porque a lei tributária que comina penalidades, deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado.
 - III. deve ser condenado a pagar penalidade pecuniária calculada com base no percentual de 30%, porque esse era o percentual da penalidade pecuniária previsto em lei, na data do cometimento da infração.
 - IV. não deve ser condenado a pagar a diferença de imposto, porque, tratando-se de ato não definitivamente julgado, a lei aplica-se a ato pretérito, quando fixe alíquota menos gravosa do que a prevista na lei vigente ao tempo da prática infracional.
 - V. deve ser condenado a pagar a diferença de imposto, porque a retroatividade benéfica não se aplica aos tributos, mas apenas às penalidades pecuniárias.
 - VI. não deve ser condenado a pagar a diferença de imposto, porque a lei tributária que fixa alíquota menos gravosa, deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e V.
- (B) II e VI.
- (C) III e V.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.